

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	46
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	50
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	499.811
Preferenciais	0
Total	499.811
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	5.721.034	5.627.267	5.006.298
1.01	Ativo Circulante	1.022.723	1.085.334	441.560
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.468	19.946	408
1.01.02	Aplicações Financeiras	221.705	377.465	208.733
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	221.705	377.465	208.733
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	221.705	377.465	208.733
1.01.03	Contas a Receber	700.463	639.765	185.731
1.01.03.01	Clientes	700.463	639.765	185.731
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	58.272	48.167	48.448
1.01.03.01.02	Ativo de concessão	642.191	591.598	137.283
1.01.06	Tributos a Recuperar	66.150	40.704	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	66.150	40.704	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.956	383	296
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.981	7.071	46.392
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	312	0	0
1.01.08.02.01	Outros tributos a compensar	312	0	0
1.01.08.03	Outros	8.669	7.071	46.392
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	3.571	520	620
1.01.08.03.02	Outros créditos	5.098	6.551	45.772
1.02	Ativo Não Circulante	4.698.311	4.541.933	4.564.738
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.679.137	4.523.222	4.544.847
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	111.442	138.088	133.150
1.02.01.03.01	Fundos Vinculados - caixa restrito	111.442	138.088	133.150
1.02.01.04	Contas a Receber	4.567.695	4.385.133	4.411.697
1.02.01.04.01	Ativo de concessão	4.567.695	4.385.133	4.411.697
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	1	0
1.02.03	Imobilizado	18.184	17.650	19.140
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.184	17.650	19.140

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.04	Intangível	990	1.061	751
1.02.04.01	Intangíveis	990	1.061	751
1.02.04.01.02	Intangível	990	1.061	751

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	5.721.034	5.627.267	5.006.298
2.01	Passivo Circulante	289.876	429.668	110.900
2.01.02	Fornecedores	7.062	4.665	7.090
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.062	4.665	7.090
2.01.03	Obrigações Fiscais	100.733	86.218	40.322
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	100.733	86.218	40.322
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.150	5.154	897
2.01.03.01.02	Obrigações tributárias	9.944	8.899	8.986
2.01.03.01.03	Encargos socias e trabalhistas	14.762	11.414	13.046
2.01.03.01.04	Obrigações regulatórias	7.474	6.028	4.694
2.01.03.01.05	PIS e COFINS Diferidos	59.403	54.723	12.699
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	148.443	331.213	52.356
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	95.615	240.512	5.851
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	95.615	240.512	5.851
2.01.04.02	Debêntures	52.828	90.701	46.505
2.01.05	Outras Obrigações	27.323	4.648	7.574
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	28
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	28
2.01.05.02	Outros	27.323	4.648	7.546
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	26.877	3.579	5.876
2.01.05.02.04	Outros passivos	446	1.069	1.670
2.01.06	Provisões	6.315	2.924	3.558
2.01.06.02	Outras Provisões	6.315	2.924	3.558
2.01.06.02.05	Outras Provisões	6.315	2.924	3.558
2.02	Passivo Não Circulante	3.563.337	3.333.046	3.279.609
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.222.215	2.105.090	2.224.840
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.680.020	1.588.797	1.693.741
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.680.020	1.588.797	1.693.741

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01.02	Debêntures	542.195	516.293	531.099
2.02.03	Tributos Diferidos	1.331.122	1.207.956	1.030.946
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.331.122	1.207.956	1.030.946
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	908.610	803.014	622.864
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Diferidos	422.512	404.942	408.082
2.02.04	Provisões	10.000	20.000	23.823
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.000	20.000	23.823
2.02.04.01.05	Outras Provisões	10.000	20.000	23.823
2.03	Patrimônio Líquido	1.867.821	1.864.553	1.615.789
2.03.01	Capital Social Realizado	499.811	499.811	499.811
2.03.04	Reservas de Lucros	1.368.010	1.364.742	1.115.978
2.03.04.01	Reserva Legal	99.783	86.209	31.825
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.151.183	1.212.548	987.971
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	84.385	33.326	17.078
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	32.659	32.659	79.104

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	752.248	882.365	1.274.404
3.01.01	Receita Operacional Líquido	752.248	882.365	1.274.404
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-25.606	-28.737	-34.181
3.03	Resultado Bruto	726.642	853.628	1.240.223
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-32.109	-24.968	-27.269
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.566	-25.156	-27.480
3.04.02.01	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-32.566	-25.156	-27.480
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	457	188	211
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	694.533	828.660	1.212.954
3.06	Resultado Financeiro	-219.685	-236.439	-200.205
3.06.01	Receitas Financeiras	49.933	24.902	4.519
3.06.02	Despesas Financeiras	-269.619	-261.341	-204.724
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	474.848	592.221	1.012.749
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-106.835	-198.850	-376.227
3.08.01	Corrente	-1.239	-5.695	-14.053
3.08.02	Diferido	-105.596	-193.155	-362.174
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	368.013	393.371	636.522
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	368.013	393.371	636.522
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,7363	0,787	1,37246
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,7363	0,787	1,37246

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	368.013	393.371	636.522
4.03	Resultado Abrangente do Período	368.013	393.371	636.522

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	440.012	388.290	321.493
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-126.932	-144.108	-52.611
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	368.013	393.371	636.522
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	105.596	193.155	362.174
6.01.01.03	Provisão para PIS e COFINS diferidos	22.250	38.885	77.917
6.01.01.04	Remuneração do ativo financeiro - concessão	-745.864	-892.858	-1.329.624
6.01.01.05	Receitas financeiras	-49.933	-24.902	-4.519
6.01.01.06	Depreciação	2.327	2.258	1.949
6.01.01.07	Juros sobre empréstimos, debêntures e amortizações	264.518	231.109	202.970
6.01.01.08	Receita de operação e manutenção	-93.839	-85.126	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	566.944	532.398	374.104
6.01.02.01	Clientes	-10.105	281	2.685
6.01.02.02	Contas a receber (ativo de concessão)	610.942	550.233	423.169
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a compensar	-25.446	0	9.098
6.01.02.04	Fornecedores	2.397	-2.425	-45.178
6.01.02.05	Encargos e obrigações trabalhistas	3.348	-1.632	4.224
6.01.02.06	Obrigações tributárias	1.045	-87	3.881
6.01.02.07	Obrigações regulatórias	1.446	1.334	3.473
6.01.02.08	Partes relacionadas	-3.051	72	169
6.01.02.09	Despesas pagas antecipadamente	-3.573	-87	175
6.01.02.10	Outros créditos	1.453	34.599	-44.931
6.01.02.11	Outros passivos	-623	-602	1.670
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-7.964	-8.384	15.669
6.01.02.13	Imposto a recuperar	-312	-40.704	0
6.01.02.14	Provisões	-6.609	-4.457	0
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social	3.996	4.257	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	202.897	-144.908	12.050
6.02.01	Título e valores mobiliários	0	0	15.666

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-2.796	-1.078	-3.616
6.02.04	Aplicação de Títulos e valores mobiliários	-394.180	-839.357	0
6.02.05	Resgates de Títulos e valores mobiliários	622.938	712.343	0
6.02.06	Rendimentos de Títulos e valores mobiliários	-23.065	-16.816	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-641.387	-223.844	-333.650
6.03.02	Captação/pagamentos de empréstimos e debêntures	-330.164	-72.001	-42.215
6.03.03	Fundos vinculados -caixa restrito	26.646	-4.938	-133.150
6.03.04	Dividendos pagos	-337.869	-146.905	-158.285
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.522	19.538	-107
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.946	408	515
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.468	19.946	408

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	499.811	0	1.364.742	0	0	1.864.553
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	499.811	0	1.364.742	0	0	1.864.553
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-364.745	0	-364.745
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-364.745	0	-364.745
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	368.013	0	368.013
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	368.013	0	368.013
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.268	-3.268	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.268	-3.268	0	0
5.07	Saldos Finais	499.811	0	1.368.010	0	0	1.867.821

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	499.811	0	1.115.978	0	0	1.615.789
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	499.811	0	1.115.978	0	0	1.615.789
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-141.032	-3.575	0	-144.607
5.04.06	Dividendos	0	0	-141.032	-3.575	0	-144.607
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	393.371	0	393.371
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	393.371	0	393.371
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	389.796	-389.796	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	389.796	-389.796	0	0
5.07	Saldos Finais	499.811	0	1.364.742	0	0	1.864.553

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	499.811	0	496.694	0	190.944	1.187.449
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-44.021	-158.285	-202.306
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	499.811	0	496.694	-44.021	32.659	985.143
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-52.321	46.445	-5.876
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-52.321	46.445	-5.876
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	636.522	0	636.522
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	636.522	0	636.522
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	619.284	-540.180	-79.104	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	619.284	-540.180	-79.104	0
5.07	SalDOS Finais	499.811	0	1.115.978	0	0	1.615.789

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	837.707	980.103	1.412.243
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	837.707	973.929	1.412.243
7.01.02	Outras Receitas	0	6.174	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.739	-18.274	-16.318
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.739	-18.274	-15.181
7.02.04	Outros	0	0	-1.137
7.03	Valor Adicionado Bruto	822.968	961.829	1.395.925
7.04	Retenções	-2.327	-2.232	-1.950
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.327	-2.232	-1.950
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	820.641	959.597	1.393.975
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.390	25.089	4.519
7.06.02	Receitas Financeiras	49.933	24.902	4.519
7.06.03	Outros	457	187	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	871.031	984.686	1.398.494
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	871.031	984.686	1.398.494
7.08.01	Pessoal	38.144	33.276	43.202
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.282	27.289	37.538
7.08.01.02	Benefícios	4.508	3.933	1.685
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.354	2.054	3.979
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	203.956	296.708	514.080
7.08.02.01	Federais	203.956	296.708	514.080
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	260.918	261.331	204.690
7.08.03.01	Juros	260.918	261.331	204.690
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	368.013	393.371	636.522
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	368.013	393.371	636.522

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Administração da Argo Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Argo"), submete à apreciação de V. Sas. o seu Relatório da Administração e as Informações Financeiras Intermediárias com o relatório dos Auditores Independentes referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022. As Demonstrações Financeiras Individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia iniciou suas atividades em 2016 e tem como missão desenvolver o setor elétrico, respeitando o interesse de todos os envolvidos, atuando de forma ética, eficiente e disciplinada.

Ao apresentar os resultados do período findo em 31 de dezembro de 2022, demonstramos nossa intenção de ser uma Companhia arrojada e sempre na busca do equilíbrio entre disciplina financeira, responsabilidade ambiental e progresso social, através de desenvolvimento econômico.

A COMPANHIA

A Argo é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, listada na categoria "B". Tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao MME - Ministério de Minas e Energia.

A Argo Energia Empreendimentos e Participações detém 100% do capital da Companhia.

No dia 27 de junho de 2016, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, referente à linha de transmissão 500 kV Bacabeira — Pecém II, composta por 5 subestações e aproximadamente 1.150 km de linhas de transmissão.

A Receita Anual Permitida (RAP) do ciclo de 2022-2023 é de R\$580.939 mais o acréscimo de PIS e COFINS, com recebimento em quotas mensais a partir de sua entrada em operação. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia.

Em 7 de setembro de 2019, a Argo I disponibilizou seus ativos para operação comercial, dessa forma, antecipando em aproximadamente 21 meses o início de recebimento da RAP.

O projeto Argo I ampliou a rede básica de energia dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, passando por 42 municípios e permitindo maior escoamento da energia consumida e gerada nesta região, além de aumentar a capacidade de intercâmbio entre os subsistemas Norte e Nordeste do País. Além disso, o empreendimento possibilitará ainda a conexão de projetos de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

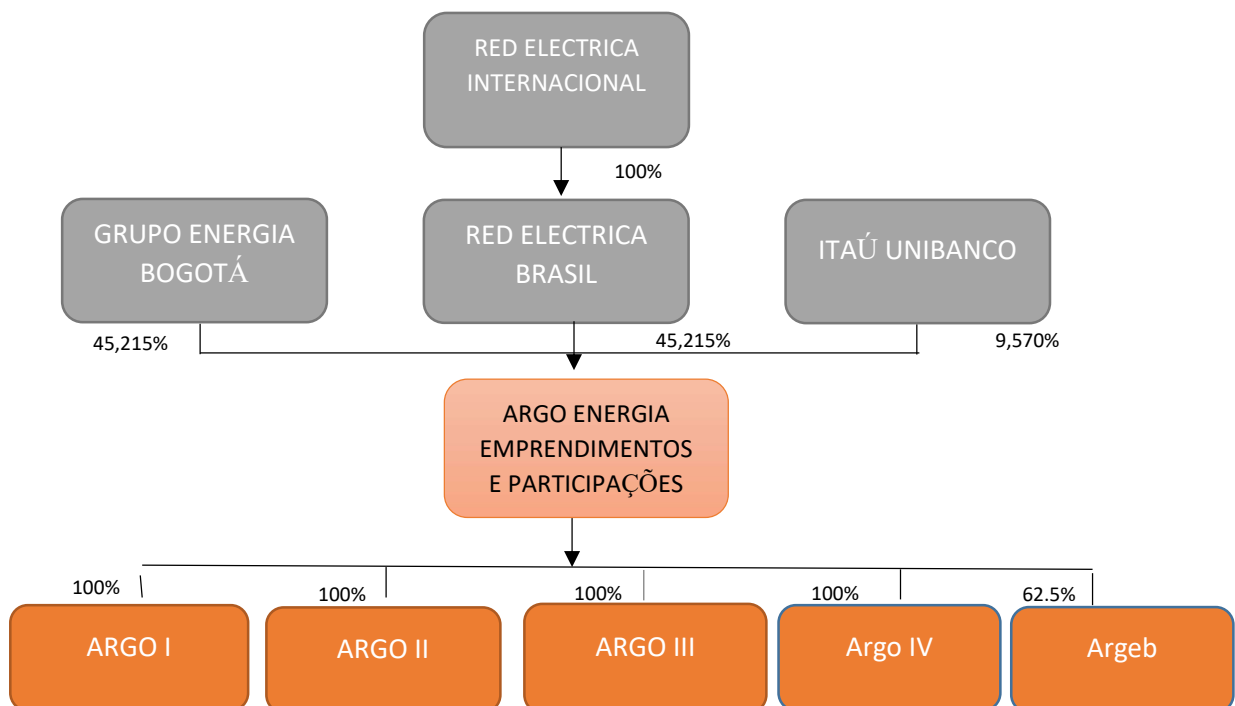
geração de energia eólica e solar localizados nesses estados, trazendo desenvolvimento econômico para a região e, também melhorando a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico brasileiro.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Conforme Fato Relevante de 25 de março de 2020, o Grupo Energia Bogotá S.A.E.S.P. e Red Electrica Brasil Holding LTDA passam a ser os novos acionistas da Argo, detendo a totalidade das ações ordinárias da Companhia.

Abaixo o organograma do Grupo Argo Energia em 31 de dezembro de 2022:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Argo adota diretrizes claras de governança corporativa baseadas em seu compromisso com a ética empresarial e a transparência em todas as áreas de atuação, através do estabelecimento de um conjunto de princípios e normas destinadas a assegurar um comportamento ético e responsável pelo seu grupo de colaboradores.

Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Argo Energia é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, que funcionam em conformidade com o Estatuto Social, além das diretrizes estabelecidas no Código de Ética e Conduta e nas políticas de gestão.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Argo Energia é o órgão da administração responsável pela determinação das diretrizes estratégicas da Companhia, observando a missão, a visão e os princípios corporativos. Seu funcionamento é regulamentado pelo Estatuto Social. Conforme o Estatuto Social, o Conselho será composto por até 6 (seis) membros e seus respectivos suplentes.

Sempre que necessário, o Conselho de Administração se reúne para discutir e avaliar aspectos econômicos, sociais e ambientais que tenham impactos sobre os negócios e a gestão da Argo Energia.

Diretoria Executiva

A Diretoria da Argo Energia é responsável pela execução do planejamento estratégico e das diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, conduzindo os negócios da companhia de acordo com seus princípios e valores.

Ética e Conduta

A Argo tem a sua atuação marcada pelos mais elevados padrões de ética e conduta – acreditamos que este é um princípio fundamental para a perenidade de nossos negócios. A Companhia possui um código de ética que deve ser rigorosamente cumprido por todos os seus colaboradores e fornecedores. Conduzimos treinamentos periódicos com todos os nossos colaboradores e principais fornecedores, de maneira a difundir e implementar uma cultura de excelência na aplicação das melhores práticas de ética e *compliance*.

A Companhia disponibiliza os seguintes canais de denúncia para que seus colaboradores e público em geral possam manifestar eventuais situações de não-conformidade com seus princípios éticos:

- Por telefone: 0800 377 8038
- Canal de Denúncia: www.canaldeetica.com.br/argoenergia
- Por e-mail: etica@argoenergia.com.br

INVESTIMENTOS

Conforme mencionado acima, em 13 de abril de 2016, no leilão de transmissão da ANEEL 013/2015, a Argo Energia sagrou-se vencedora, por meio do Consórcio Transmissão do Brasil, da concessão do lote A.

O projeto do lote A consiste na construção, operação e manutenção de quatro trechos de linhas, totalizando cerca de 1.150 km e de quatro subestações, além da ampliação da subestação de Pecém II. A seguir descrição da infraestrutura construída:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Parnaíba III – Acaraú III C1;
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Acaraú III – Pecém II;
- (iii) Linha de Transmissão 500 kV Acaraú III – Tianguá II C1;
- (iv) Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira – Parnaíba III C1 e C2;
- (v) Subestação 500 kV Bacabeira;
- (vi) Subestação 500 kV Parnaíba III e Compensador Estático (-150/300) Mvar;
- (vii) Subestação 500 kV Acaraú III;
- (viii) Subestação 500 kV Tianguá II; e
- (ix) Ampliação da subestação Pecém II

O projeto do lote A ampliou a Rede Básica de Energia dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, passando por 42 municípios e permitindo maior escoamento da energia consumida e gerada na região. Além disso, o empreendimento possibilitou a conexão de projetos de geração de energia eólica localizados nesses estados, trazendo desenvolvimento econômico para a região e melhorando a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico brasileiro.

O lote A desenvolvido pela Argo I, cujo contrato de concessão foi assinado junto à ANEEL em 27 de junho de 2016, sendo a entrada em operação comercial prevista para 60 meses a contar desta assinatura. O investimento realizado total é de aproximadamente R\$ 2.2 bilhões. O prazo de concessão é de 30 anos, podendo, a critério exclusivo da ANEEL, ser renovado por, no máximo, outros 30 anos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As informações financeiras trimestrais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições societárias, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO				
	31/12/2022	AV%	31/12/2021	AV%
Receita operacional líquida	752.248	100%	882.365	100%
Custo dos bens construídos e serviços prestados	(25.606)	-3%	(28.737)	-3%
Lucro bruto	726.642	97%	853.628	97%
Gerais, administrativas e outros	(32.109)	-4%	(24.968)	-3%
EBIT	694.533	93%	828.660	94%
Resultado financeiro	(219.685)	-29%	(236.439)	-27%
Imposto de renda e contribuição social	(106.835)	-14%	(198.850)	-23%
Lucro do período	368.013	49%	393.371	45%
Lucro por ação – R\$ (básico)	0,7363		0,7870	
Lucro por ação – R\$ (diluído)	0,7363		0,7870	

Lucro bruto

O lucro bruto consolidado, em 31 de dezembro de 2022, apresentou R\$ 726.642 (R\$ 853.628 em 31 de dezembro de 2021) e é composto pela receita operacional líquida, sendo: receita de remuneração do ativo de contrato no valor de R\$ 745.864 (R\$ 892.858 em 31 de dezembro de 2021); receita de operação e manutenção, no valor de R\$ 93.839 (R\$ 85.126 em 31 de dezembro de 2021); deduzindo outras receitas IFRS de R\$ 0,0 (R\$ 2.049 de dezembro de 2021) e pelo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

saldo constituído no período de PIS e COFINS e encargos regulatórios no montante de R\$ 85.459 (R\$ 97.668 em 31 de dezembro de 2021), deduzida pelos custos de operação e manutenção de R\$ 25.606 (R\$ 28.737 em 31 de dezembro de 2021).

Despesas operacionais

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 32.566 (R\$ 25.156 em 31 de dezembro de 2021) e outras receitas operacionais de R\$ 457 em 2022 (R\$ 188 em 31 de dezembro de 2021).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia totalizou despesas no montante de R\$ 219.685 e (R\$ 236.439 em 31 de dezembro de 2021); refere-se principalmente pelas despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos e debêntures.

Resultado do período

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 368.013 no período de 31 de dezembro de 2022 e (R\$ 393.371 em 31 de dezembro de 2021).

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Meio Ambiente e Responsabilidade Social

A Companhia tem forte preocupação com relação aos impactos que suas atividades podem gerar à sociedade. Por isso, estamos sempre atentos aos interesses públicos, buscando, em nossa atuação um comportamento respeitoso e uma atitude de diálogo com a sociedade, especialmente com as comunidades do entorno de nossos projetos, buscando também prevenir possíveis situações de conflito e risco.

A Argo cumpre a legislação vigente em todas as suas atividades e preocupa-se com o desenvolvimento sustentável do seu negócio. As atividades da Argo incorporam o componente socioambiental nas fases de planejamento, construção e operação dos projetos de transmissão de energia, buscando contribuir para o desenvolvimento do setor elétrico e respeitando os interesses dos envolvidos. Todas as atividades da Argo são precedidas das licenças ambientais aplicáveis. Exigimos o mesmo padrão para nossos fornecedores e prestadores de serviço.

A estrutura de meio ambiente e responsabilidade social engloba as atividades de:

- (i) Mapeamento e Avaliação de Riscos e Impactos Socioambientais nas fases de: avaliação de novos negócios, pré-investimento, estudos ambientais para o licenciamento ambiental, implantação das obras e O&M;
- (ii) Seleção e contratação de fornecedores qualificados;
- (iii) Mapeamento e engajamento prévio de *stakeholders*, incluindo comunidades e órgãos licenciadores e regulatórios;
- (iv) Incorporação das restrições, desafios e impactos ambientais ao longo do ciclo de vida dos projetos;
- (v) Implantação responsável de programas socioambientais;
- (vi) Relatórios periódicos de gestão aos principais *stakeholders*.

O licenciamento ambiental deste projeto é conduzido pelo IBAMA, em Brasília, por meio do rito ordinário com EIA/RIMA. Este projeto possui interface com 5 órgãos intervenientes: Instituto do

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Cultural Palmares (FCP), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-MA).

O projeto Argo I obteve a Licença de Instalação em 24 de janeiro de 2018. A gestão ambiental de obras é gerenciada por equipe interna com o apoio de consultorias especializadas. Ao todo, 26 programas socioambientais encontram-se em execução no âmbito do PBA (Plano Básico Ambiental), PBAQ (Plano Básico Ambiental Quilombola), PACM (Plano de Ação de Controle da Malária) e Programa de Gestão do Patrimônio Cultural (Imaterial e Arqueológico).

GESTÃO DE PESSOAS

A Argo valoriza não apenas o desempenho financeiro e de seus negócios, mas também valoriza seu capital humano. A Companhia possui uma cultura corporativa de excelência e seus colaboradores seguem os mesmos princípios e valores na realização de suas atividades diárias, alinhados à visão e missão do grupo.

Queremos ser uma Companhia altamente admirada no setor, e seis valores sustentam essa visão:

- ✓ Postura Ética
- ✓ Eficiência
- ✓ Segurança
- ✓ Rentabilidade
- ✓ Espírito Empreendedor
- ✓ Entusiasmo

Assim, todas as estratégias de recursos humanos, ações e investimentos realizados na área estão alinhadas a essa visão de excelência e visam o desenvolvimento, a qualidade de vida, a motivação e consequentemente o sucesso da Companhia.

Número de Colaboradores

A Argo, em 31 de dezembro de 2022, tem seu quadro composto por 143 profissionais e 6 estagiários.

A equipe de gestão é formada por profissionais experientes no setor de energia e toda a equipe é formada por colaboradores e parceiros que têm o resultado, a ética e a segurança no trabalho como valores fundamentais.

Seleção e Atração de Talentos

Os processos de Recrutamento e Seleção da Argo são conduzidos pelo RH da Companhia, que busca no mercado as melhores soluções e candidatos para cada vaga, observando, especialmente, a igualdade de tratamento e de oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Com essa prática a Companhia propicia expectativa de crescimento profissional, retém seus talentos e valoriza seu capital humano.

A Argo possui um programa de estágio para a formação para jovens talentos. O objetivo é estruturar o processo de aperfeiçoamento profissional desses jovens e prover novos profissionais a médio prazo.

Treinamento e Desenvolvimento

A área de recursos humanos desenvolve ações de treinamentos em diversas áreas de conhecimento, formações para liderança, além de processos de coaching e mentoring, abrindo oportunidades para o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o alcance de objetivos da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Argo também avalia o desempenho da equipe por meio de uma Avaliação de Desempenho 360º baseada em metas e competências da empresa. Após o processo de avaliação é realizado um Comitê de Calibragem com a Diretoria para construção do 9Box da empresa, com objetivo de traçar planos de retenção, desenvolvimento e recuperação dentro do time da Argo.

Remuneração e Benefícios

O pacote de remuneração e benefícios oferecidos pela Argo Energia aos seus colaboradores é alinhado às melhores práticas do mercado. A Companhia também concede aos seus colaboradores todos os benefícios previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas, além de benefícios adicionais e subsídios sociais.

Qualidade de Vida

A Argo, consciente da importância do desenvolvimento integral do indivíduo, promove boas práticas no seu modelo de gestão e ações como: programa de segurança do trabalho, palestras de saúde, prevenção de doenças e bem-estar, subsídio para academia, disponibilização de frutas durante o expediente de trabalho, a fim de contribuir com uma melhor qualidade de vida no trabalho e com o equilíbrio dos profissionais do grupo.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes foram prestados pela mesma apenas serviços de auditoria externa.

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***Notas explicativas às demonstrações financeiras***(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)***1 Informações gerais**

A Argo Transmissão de Energia S.A. (“Argo ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, listada na categoria “B”, constituída em 23 de março de 2016 e domiciliada à Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao MME - Ministério de Minas e Energia.

De forma integral, seu capital pertence à holding Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.

1.1. Concessão

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016. Em 27 de junho de 2016, a Argo assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão: LT 500 kV Bacabeira - Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada; LT 500kV Parnaíba III - Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km; LT 500kV Acaraú III - Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km; LT 500 kV Acaraú III - Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km; Subestação Bacabeira 500 kV; Subestação Parnaíba III 500 kV e Compensador Estático (-150/300) Mvar; Subestação Acaraú II 500 kV; Subestação Tianguá II 500 kV; e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Argo tem um investimento total previsto de aproximadamente R\$2.500.000. A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em R\$404.961 (valor original) na data do leilão e atualizada para R\$580.939 (valor para o ciclo 2022-2023) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Em 14 de maio de 2019, obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), para a

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 - ANEEL.

A Licença de Operação corresponde à autorização do IBAMA para a operação do empreendimento ou da atividade, após verificar o cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e as condições determinadas para a operação.

Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma, antecipando parcialmente o início de recebimento da RAP em cerca de 21 meses. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Em janeiro de 2020, ocorreu a entrada em operação definitiva, quando a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema a TLD (termo de liberação definitivo) para incorporação ao Sistema Nacional Integrado. O ganho proveniente desta entrada antecipada em operação foi mensurado considerando o fluxo proporcional da RAP de 21 meses descontada a valor presente e foi reconhecido no resultado do exercício no momento em que ocorreu.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro “IFRS – International Financial Reporting Standards”, emitidas pelo “IASB – International Accounting Standards Board”..

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2023. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***2.2 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e julgamentos relevantes são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 24).

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***3 Principais políticas contábeis****3.1 Caixa e equivalente de caixa**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

A IFRS 9 (CPC 48) simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do ORA – Outros Resultados Abrangentes, dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais.

No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos e debêntures	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

3.3 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.4 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.5 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período, conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- (a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);
- (b) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- (c) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);

E a segunda parte da DVA reflete:

- (d) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.6 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***3.8 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo de contrato**

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda deve cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação, a infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) **Receita de construção:** a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 9,67% ao ano.

Adicionalmente, a modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de contrato de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2022 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 269.928 mil, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, na medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo de concessão

Conforme descrito acima o Ativo de concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar a manutenção na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como o contrato de concessão detidos pela Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito nas notas explicativas 1.1), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo no contrato de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos do contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo de contrato da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social -

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” e também o diferimento do imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

3.9 Redução ao valor recuperável (“impairment”)***a. Ativos financeiros e ativos de contrato***

Um ativo financeiro e ativo de contrato não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e/ou ativo de concessão é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.10 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que o Conselho de Administração, os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.11 Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022**Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)**

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, o Grupo não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. O Grupo está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement*
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	20.608	19.636
Aplicações automáticas (*)	860	310
Total	21.468	19.946

- (*) Referem-se a aplicações financeiras automáticas em títulos privados representadas, substancialmente, aplicação de renda fixa por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e operações compromissadas de compra e revenda de CDBs, as quais possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O rendimento médio da carteira em 31 de dezembro de 2022 foi de 20% do CDI (20% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Todas as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5 Títulos e valores mobiliários**5.1 Circulante**

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos valores mobiliários (*)	221.705	377.465
Total	221.705	377.465

- (*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 102,41% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (106,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

2021). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2 Fundos Vinculados – Caixa Restrito

	31/12/2022	31/12/2021
Conta Reserva(**)	111.442	138.088
Total	111.442	138.088

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimentos títulos públicos renda fixa referenciado FI no Banco Bradesco. A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e Permissionárias	58.272	48.167
Total	58.272	48.167

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos a vencer	53.833	47.040
Títulos vencidos em até 90 dias	1.251	726
Títulos vencidos há mais de 90 dias	3.188	401
	58.272	48.167

7 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros a apropriar (*)	356	383
Fiança bancária	3.600	-
Outras despesas à apropriar	-	1
Total	356	384
1Circulante	3956	383
Não circulante	-	1

(*) Refere-se à apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 26.

Notas Explicativas**Argo Transmissão de Energia S.A.***Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***8 Ativo de concessão**

Saldos Acumulados:	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	3.253.975	3.253.975
Remuneração de ativo de contrato	2.633.045	1.887.181
Recebimentos	(1.679.443)	(1.072.895)
Receita de operação e manutenção	259.826	165.987
Ganho de eficiência (entrada em operação antecipada) (*)	742.483	742.483
Total	5.209.886	4.976.731
Circulante	642.191	591.598
Não circulante	4.567.695	4.385.133

Margens de Obrigações de Performance**Margem de O&M**

Receita	93.839	85.126
Custos	(25.606)	(28.737)
Margem (R\$)	68.233	56.389
Margem Percebida (%)	73%	66%

A movimentação do saldo de ativo da concessão é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos Acumulados:	4.976.731	4.548.980
Remuneração de ativo de contrato - parcela fixa	476.178	437.329
Remuneração de ativo de contrato - variação monetária	269.686	455.529
Recebimentos	(606.548)	(550.233)
Receita de operação e manutenção	93.839	85.126
Total	5.209.886	4.976.731

(*) refere-se ao reconhecimento pela entrada antecipada da operação da controlada Argo I. O valor foi mensurado considerando a antecipação da RAP adicional trazida a valor presente quando da conclusão definitiva da construção e recebimento da TLD – Termo de Liberação Definitivo para operação integrada ao SIN sem pendências emitido pela ONS – Operador do Sistema Nacional.

9 Imposto de renda e contribuição social a compensar

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Negativo - IRPJ e CSLL	55.767	34.639
Tributos retidos - aplicações financeiras	8.573	3.127
Tributos retidos – autarquia	1.793	2.663
Outros tributos a recuperar	17	275
Total	66.150	40.704

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***10 Imobilizado e intangível****10.1 Imobilizado**

	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e Equipamentos	6,71%	17.868	(3.760)	14.108
Veículos	13,16%	4.871	(1.956)	2.915
Móveis e utensílios	5,24%	1.390	(229)	662
Total		24.129	(5.945)	18.184

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferência	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Máquinas e Equipamentos	13.179	2.195	14	(1.280)	14.108
Veículos	3.621	-	(68)	(638)	2.915
Móveis e utensílios	850	331	54	(75)	662
Total	17.650	2.526	-	(1.992)	18.184

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferência	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Máquinas e Equipamentos	14.034	270	-	(1.125)	13.179
Veículos	4.190	-	-	(569)	3.621
Móveis e utensílios	916	-	-	(66)	850
Total	19.140	270	-	(1.760)	17.650

10.2 Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	1.808	(818)	990
Total	1.808	(818)	990

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Softwares	1.061	251	(322)	990
Total	1.061	251	(322)	990

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Softwares	751	808	(498)	1.061
Total	751	808	(498)	1.061

11 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	7.062	4.665
Total	7.062	4.665

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Os montantes registrados na rubrica são provenientes de serviços e materiais destinados a operação e manutenção da concessão.

12 Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
Pis e Cofins	9.865	8.859
ISS de terceiros	79	40
Total	9.944	8.899

13 Encargos sociais e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de bônus	9.332	6.903
Provisão de férias	2.397	2.068
Encargos trabalhistas	3.033	2.443
Total	14.762	11.414

14 Obrigações regulatórias

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para P&D	5.470	3.881
Encargos regulatórios a recolher (*)	2.004	2.147
Total	7.474	6.028

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

15 Provisões

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão, a Argo I estimou os custos a incorrer para a conclusão dos projetos de compensação ambiental, regularização das áreas de servidão, gastos referentes ao encerramento das obras e fornecimento de materiais e demais obrigações.

A composição das provisões em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são:

	31/12/2022	31/12/2021
Compromissos socioambientais	1.706	2.397
Compensação ambiental	9.800	13.770
Regularização fundiária	4.632	6.509
Outras provisões	177	248
Total	16.315	22.924
Classificado como:	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	6.315	2.924
Não circulante	10.000	20.000

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***16 Financiamentos**

Instituição financeira	Saldo final 31/12/2020	Pagamentos	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo final 31/12/2021	Pagamentos	Juros incorridos e despesas apropriadas	Saldo final 31/12/2022
BNDES (a)	1.850.897	(19.260)	140.332	1.971.969	(239.658)	175.954	1.908.265
(-) Custos a amortizar	(151.305)		8.645	(142.660)	-	10.030	(132.630)
Total	1.699.592	(19.260)	148.977	1.829.309	(239.658)	182.384	1.775.635

Classificados como

Circulante

240.512

92.015

Não Circulante

1.588.797

1.680.020

- (a) Em 9 de abril de 2018, a Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$1.543.357, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Até 31 de dezembro de 2019, o total captado é de R\$1.543.357. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,70% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de dezembro de 2021, e sua com liquidação prevista em 15 de novembro de 2035.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2022
2023	92.015
2024	92.823
2025	100.899
2026 em Diante	1.350.068
(-) Custos a amortizar	136.230
Total	1.772.035

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Argo I

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas são exigíveis a partir da amortização do principal que ocorreu em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamentos.

17 Debêntures

	Saldo em 31/12/2020	Pagamentos	Juros incorridos e despesas apropriadas	Saldo final 31/12/2021	Pagamentos	Juros incorridos e despesas apropriadas	Saldo em 31/12/2022
Emissão	581.310	(52.741)	81.885	610.454	(90.506)	78.287	598.235
(-) Custos a amortizar	(3.706)		247	(3.459)	-	247	(3.212)
Total	577.604	(52.741)	82.132	606.994	(90.506)	78.534	595.023
Classificação:							
Circulante	46.505		-	90.701			52.828
Não circulante	531.099		-	516.293			542.195

Única emissão de debentures

Em 24 de agosto de 2018, a Argo I realizou a Primeira Emissão de Debêntures, de distribuição pública com esforços restritos ("ICVM 476") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 13/2015-ANEEL.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos das parcelas a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2022
2023	52.828
2024	57.119
2025	57.120
2026 em Diante	431.168
(-) Custo a amortizar	(3.212)
Total	595.023

Notas Explicativas

Argo Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das Ações de Emissão da Argo Transmissão de Energia S.A.;
- Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes do Contrato de Concessão e
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de novembro de 2021, preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras relacionadas ao *compliance* com as leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas são exigíveis a partir da amortização do principal que ocorreu em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamentos.

18 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Saldos em 31 de dezembro de 2020	420.780
Constituição	89.780
Amortização	(50.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	459.665
Constituição	82.055
Amortização	(59.805)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	481.915
Classificado como:	
Circulante	59.403
Não circulante	422.512

19 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito é de R\$ 500.000, tendo sido integralizados R\$499.811 (idem em 31 de dezembro 2021) ações ordinárias, todas nominativas, em escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da companhia é como se segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	499.811.000	100	499.811.000	100
Total	499.811.000	100	499.811.000	100

Reservas de lucros**(a) reserva legal**

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, a companhia destinou R\$13.754 para constituição da reserva legal.

(b) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$ 236.874 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

por Ações.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$ 78.957 para dividendos, classificados no passivo circulante.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	368.013	393.371
Reserva legal - (5%)	(13.754)	(19.671)
Reserva de Incentivo Fiscal	(38.427)	(16.250)
Lucro líquido ajustado	315.832	357.453
Dividendos mínimos obrigatórios – 1%	(3.158)	(3.575)
Antecipação de dividendos	(52.081)	-
Reservas de lucros	(236.875)	(353.877)
Dividendos adicionais propostos	(23.719)	-
Total	(78.957)	(3.575)
Dividendo por ação ordinária	0,158	0,105

20 Provisões para riscos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja provável. A Companhia é parte em processos judiciais com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 7.242.

21 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de remuneração do ativo de concessão	745.864	892.858
Receita de operação e manutenção	93.839	85.126
Outras receitas	-	2.049
Receita bruta	839.703	980.033
(-) Abatimentos	(1.996)	-
(-) PIS e COFINS sobre ativo de concessão	(22.250)	(38.884)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(55.744)	(51.229)
(-) Encargos regulatórios	(7.465)	(7.555)
Receita líquida	752.248	882.365

22 Custos e despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(14.739)	(15.116)
Materiais	(878)	(756)
Pessoal	(38.144)	(33.277)
Arrendamentos e aluguéis	(783)	(825)
Tributos	(152)	(110)
Depreciação e amortização	(2.327)	(2.258)
Outros	(1.149)	(1.551)
Total	(58.172)	(53.893)

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Valores alocados a:

Custos dos bens construídos e serviços prestados	(25.606)	(28.737)
Despesas gerais e administrativas	(32.566)	(25.156)

23 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	42.436	24.898
Outras receitas financeiras	7.497	4
Total	49.933	24.902
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(126)	(10)
Juros e variações monetárias	(260.918)	(231.109)
Outras despesas financeiras	(8.574)	(30.222)
Total	(269.618)	(261.341)
Resultado financeiro líquido	(219.686)	(236.439)

24 Imposto de renda e contribuição social**a. Reconciliação da alíquota efetiva**

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2022 é como segue:

	2022	2021
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	474.848	592.221
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(161.448)	(201.531)
Efeito IN 1700	21.054	14.469
Outras adições e exclusões permanentes	(4.868)	(28.038)
Benefício fiscal	38.427	16.250
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(105.596)	(193.155)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(1.239)	(5.695)
Alíquota efetiva	22%	34%

b. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro 2020	71.177	(694.041)	(622.864)
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	817.898	-	(185.304)
Contratos de concessão (b)	-	(1.003.201)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	889.075	(1.697.242)	(808.168)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(26.323)		
Contratos de concessão (b)		(74.119)	(100.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	862.752	(1.771.361)	(908.610)

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

- (a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão que estão sendo recuperação desde 2021.
- (b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

25 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	368.013	393.371
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	499.811	499.811
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	0.7363	0.7870

26 Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância Segurada
Seguros- Riscos Operacionais	200.000
Seguros - Responsabilidade civil	50.000
Seguros – Equipamentos	1.783
Seguros – Frota	1.794
Total	253.577

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***27 Partes Relacionadas**

O saldo do ativo com partes relacionadas no montante de R\$ 3.571 (R\$520 em 2021) representa despesas incorridas a serem reembolsadas pelas empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Parte relacionada	31/12/2022		31/12/2022	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Argo				
Contas a pagar	Empreendimentos	-	-	-	-
Contas a receber	Argo II	105	-	184	-
Contas a receber	Argo III	191	-	336	-
Contas a receber	Argo IV	139	-	-	-
Contas a receber	Argo V	405	-	-	-
Contas a receber	Argo VI	364	-	-	-
Contas a receber	Argo VII	1.666	-	-	-
Contas a receber	Argo IX	701	-	-	-
Total		3.571	-	-	-

28 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$7.161 e R\$7.046, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Controladora Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.659	3.556
Encargos sociais	943	1.518
Bônus	2.559	1.972
Total	7.161	7.046

29 Instrumentos financeiros

	31/12/2022		
	Hierarquia do valor justo	Valor Contabil	Valor Justo
Ativos financeiros:			
Valor justo por meio do resultado:			
Títulos e valores mobiliários (a)	2	221.705	221.705
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1	21.468	21.468

Notas Explicativas**Argo Transmissão de Energia S.A.****Demonstrações Financeiras***Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Custo amortizado:			
Contas a receber de clientes	2	58.272	58.272
Contas a receber de clientes – partes relacionadas	2	3.571	3.571
Fundos vinculados – caixa restrito	2	111.442	111.442

Passivos financeiros:

Custo amortizado:			
Fornecedores (b)	2	7.062	7.062
Financiamentos (b)	2	1.772.035	1.772.035
Debêntures (b)	2	595.023	598.236
Outros passivos		443	443

31/12/2021

	Hierarquia do valor justo	Valor Contabil	Valor Justo
Ativos financeiros:			
Valor justo por meio do resultado:			
Títulos e valores mobiliários (a)	2	377.465	377.465
Fundos vinculados – caixa restrito	2	138.088	138.088
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1	19.946	19.946
Custo amortizado:			
Clientes	1	48.167	48.167
Contas a receber de clientes – partes relacionadas	2	620	620
Passivos financeiros:			
Custo amortizado:			
Fornecedores (b)	2	4.665	4.665
Financiamentos (b)	2	1.829.309	1.829.309
Debêntures (b)	2	606.994	673.052

(*) Para maiores entendimentos, vide nota explicativa 3.13 b).

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2020.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$58.272 (R\$48.167 em 31 de dezembro de 2021).

Risco de capital

Notas Explicativas*Argo Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2022, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	7.062	-	-	-
Financiamentos	92.015	92.823	100.899	1.622.528
Debêntures	52.828	57.119	57.120	431.168
Total	151.905	149.943	158.019	2.053.696

Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de

Notas Explicativas**Argo Transmissão de Energia S.A.***Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

dezembro de 2020, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 12,50% ao ano, para o IPCA, é de 5,39% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2022 é de 7,37% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Instrumentos financeiros	Risco	Nota	Total	Cenário		
				I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4	21.468	2.684	2.013	1.342
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	5.1	221.705	27.713	20.785	13.857
Fundos restritos	Redução do CDI	5.2	111.442	13.930	10.448	6.965
Total			<u>364.615</u>	<u>44.327</u>	<u>33.245</u>	<u>22.163</u>
Financiamentos	Aumento da TJLP	15	1.772.035	130.599	163.249	195.898
Debêntures	Aumento do IPCA	16	595.023	32.072	40.090	48.108
Total			<u>2.367.058</u>	<u>162.671</u>	<u>203.338</u>	<u>244.006</u>

30 Transações que não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou operações que não envolveram caixa.

* * *

Paulo Heli Alves Ferreira
Diretor de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 – Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911 - São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Argo Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Argo Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Argo Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração da contraprestação variável aplicável ao preço dos contratos de concessão

Veja a nota explicativa 3.8 (a) (ii) das demonstrações financeiras

Assunto

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta saldo de ativo de concessão no montante de R\$ 5.209.886 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo de contrato da concessão.

A modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Durante o exercício de 2022 o valor dessa contraprestação variável reconhecida foi de R\$ 269.928 mil, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

Devido à relevância do valor da contraprestação variável e ao grau de julgamento para a determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer, foi considerada significativa para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Revisão dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração da contraprestação variável, incluindo avaliação sobre a adequação da modelagem financeira adotada e precisão matemática do cálculo;
- (ii) Comparação do IPCA mensal utilizado pela Companhia no cálculo da contraprestação variável com os dados de inflação oficiais;
- (iii) Análise dos fatores considerados pela Companhia para determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer; e
- (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da contraprestação variável aplicável ao preço do contrato de concessão, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principais assuntos de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412-O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as informações das demonstrações financeiras padronizadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023.

José Aloíse Ragone Filho

Diretor Presidente

Paulo Heli Alves Ferreira

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes

Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o a opinião dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023.

José Aloíse Ragone Filho

Diretor Presidente

Paulo Heli Alves Ferreira

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes

Diretor de Operações